

# Um ano depois, projeto volta à pauta

Discussão sobre a cobrança do uso da água no estado terá que voltar ao início

Elói de Oliveira  
de São Paulo

O presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa, Rodolfo Costa e Silva (PSDB), decidiu retomar o projeto que institui a cobrança pelo uso da água no estado, mas a discussão voltará novamente ao início. O deputado propõe que seja realizada uma audiência pública no próximo dia 10 para verificar os pontos polêmicos e tentar encontrar saídas que possam viabilizar a votação em plenário, uma vez que até agora não existe consenso entre os deputados.

Costa e Silva entende que a realização da audiência é um retrocesso, uma vez que ocorreram várias audiências sobre o assunto e o projeto está pronto para votação em plenário desde fevereiro do ano passado, mas não vê outra forma de retomar a discussão. O grande problema que emperra a votação pura e simples no plenário da Assembléia Legislativa é que as lideranças não concordam com algumas definições

do projeto, sobretudo a questão do preço a ser cobrado e sobre quem deve e quem não deve merecer a isenção da cobrança.

O temor do presidente Nacional de Águas (Ana) acabe impondo ao estado o início da cobrança em algumas bacias e isso dificulte a viabilização das propostas defendidas pelos deputados. O parlamentar acredita que a audiência trará o tema à tona novamente e que os passos seguintes serão transpostos rapidamente, porque eles já haviam sido discutidos. A expectativa é que a votação possa ocorrer ainda no início do segundo semestre deste ano.

Por conta dessa expectativa, Rodolfo Costa e Silva quer reunir representantes de instituições que realmente possam influenciar os deputados durante a audiência. Um deles é o diretor-presidente da Ana, Jerson Kelman, que foi o último participante de uma audiência sobre o projeto antes de ele ter caído no esquecimento pela pauta.

Os líderes do governo e do PSDB na Assembléia, Duarte



Antônio Carlos de Mendes Thame

Nogueira e Sidney Beraldo, ficaram animados na época (abril do ano passado) com as explicações de Kelman. O entusiasmo também foi grande com a exposição de justificativas e de detalhes feita pelo secretário de Estado de Recursos Hídricos, Antônio Carlos de Mendes Thame. Naquela oportunidade, o líder do governo disse que as principais polêmicas sobre quanto será cobrado, quem deverá pagar e quando foram debatidas até ser exauridas na discussão.

Mas seguiram-se diversas discussões ao longo de maio e o projeto continuou desagradando tanto a governistas quanto a oposicionistas. O líder do PFL, Rodrigo Garcia, por exemplo, afirma que o impasse ocorre porque, pelo regimento da Assembléia, não é possível mais apresentar emendas ao projeto. O líder do PSB, César Callegari, afirma que as discussões nunca foram profundas. "Essas reuniões não se concentraram nas polêmicas e dúvidas que precisavam ser esclarecidas", afirma.

O líder do PSDB, Sidney Beraldo, chegou a levantar a hipótese de simplesmente retirar o projeto da pauta para possibilitar a apresentação de um outro, ainda que com o texto-base igual — apenas acrescido das emendas que os deputados viessem a apresentar, mas que o governador não aceitou.

A proposta é a única maneira regimental de atender a reivindicação das emendas. O projeto atual já é uma segunda versão. A primeira foi à Assembléia em 1998 e acabou sendo retirada. A nova proposta chegou à casa em fevereiro de 2000 e já tem 58 emendas. ■

CLASS.	DATA	FONTE	SOCIOAMBIENTAL	INSTITUTO	DOCUMENTAÇÃO